



## MR 009. Desafios Profissionais para Antropólogos em seus Campos de Atuação: relatos de casos na Amazonia.

Marcos Silveira (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ- DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA - PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA) - Coordenador/a, Patricia Carvalho Rosa (Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá) - Participante, Hugo Ferreira Netto Loss (IBAMA) - Participante, Walter Alves Coutinho Junior (Ministério Público Federal - MPF) - Participante, João Francisco Kleba Lisboa (Universidade Federal do Paraná) - Debatedor/a

Cresce o número de antropólogos/os que se vê diante de novas situações profissionais, especialmente fora da universidade, na qual são levados a atuar não apenas como etnógrafos/os, mas como agentes de mediação, para a qual a formação em pesquisa etnográfica continua fundamental, contudo desempenhando novos papéis, inclusive diante dos interlocutores consagrados da antropologia, índios, ribeirinhos, quilombolas. Nesta mesa, propomos ouvir e discutir a experiência de três profissionais que atuam na região Amazônica, no MPF, no IBAMA e no Instituto de pesquisa Mamirauá, para termos uma visão ampla dos desafios que encontram atuando como técnicos, gestores e pesquisadores no âmbito das demandas que estes órgãos procuram atender. Está em jogo não apenas a formação do especialista no lidar com estas alteridades e suas realidades heterogêneas, mas em experiências profissionais que mobilizam a formação em antropologia para outras direções, exigindo que a própria formação profissional seja repensada.

### Quando a participação é de dupla afetação: pesquisa e engajamentos na prática antropológica.

**Autoria:** Patricia Carvalho Rosa

Atuar no contexto de apoio à gestão de Áreas Protegidas no médio Solimões tendo a pesquisa como instrumento propositivo para pensar formas compartilhadas de manejo territorial e ambiental entre indígenas e ribeirinhos impõe vários desafios intelectuais, políticos e técnicos às antropólogas e seus pares. Um deles orbita em torno das ambiguidades administrativo-legais e as implicações sobre a atuação de agências indigenistas, socioambientais e acadêmicas. Outro deles envolve a produção de espaços de discussões abrigando as cosmopolíticas desses atores como referentes conceituais. Seguindo o mesmo princípio de equivalência, trago experiências para pensarmos no desafio de relacionar a linguagem jurídica da participação dos Povos e Comunidades Tradicionais nas formulações e na gestão das políticas públicas que os afetam e a participação (Favret-Saad) da etnógrafa nesse espaço de disputas.



**Realização:**



**Apoio:**



**Organização:**

